

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.268 - PR (2019/0286804-6)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA**
ADVOGADOS : **DANIEL BRENNEISEN MACIEL - PR040660**
 SAMIR BRAZ ABDALLA - PR031374
 RAFAEL FERNANDO PORTELA - PR054780
 CLEVERSON TUOTO BENTHIEN - PR045001
RECORRIDO : **FRANCISCO ANANIAS DA SILVA**
ADVOGADO : **JOICE BATISTA DA SILVA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) -**
 PR066066

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. VIOLAÇÃO DOS ART. 489 e 1.022 DO CPC. NÃO CONFIGURADA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de obrigação de fazer.
2. Ausência de violação do artigo 1.022, II, do CPC, haja vista que o Tribunal de origem apreciou a questão tida como omissa pela recorrente.
3. Devidamente analisadas as questões de mérito e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
6. Deve ser mantida a multa do parágrafo único do art. 1.026, §2º, do CPC/15 quando caracterizado o propósito manifestamente protelatório na interposição dos embargos de declaração.
7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto pela COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 08/10/2018.

Concluso ao gabinete em: 26/09/2019.

Superior Tribunal de Justiça

Ação: de obrigação de fazer ajuizada por FRANCISCO ANANIAS DA SILVA, em face da COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA - COHAB, na qual requer a adjudicação compulsória do imóvel adquirido junto à recorrida e a transferência do imóvel.

Sentença: julgou procedente o pedido inicial formulado pelo recorrido.

Acórdão: deu provimento à apelação interposta pela recorrida, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. CONTRATO DE GAVETA. TRANSFERÊNCIA DE IMÓVEL. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PRETENSÃO RESISTIDA. HONORÁRIOS RECURSAIS. FIXAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. A imposição do ônus da sucumbência à ré/apelante desmerece qualquer alteração, na medida em que a ré apresentou contestação resta caracterizada a pretensão resistida a justificar a imposição do ônus da sucumbência.

2. Recurso conhecido e não provido (e-STJ fl. 271).

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados (e-STJ fls. 320/323).

Recurso Especial: a recorrente alega violação dos artigos 489, II e 1.022, I e II, do CPC, aduzindo que o Tribunal de origem teria sido omissos acerca das questões deduzidas em seus aclaratórios.

Aponta, ainda, divergência jurisprudencial, defendendo que não houve qualquer resistência aos pedidos inaugurais pela demandada, não sendo pertinente a sua condenação aos honorários de sucumbência.

Alega, também, que deve ser afastada a multa inserta no art. 1026, §2º, do CPC, visto que os embargos de declaração por ela opostos não tiveram caráter protelatório.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15

- Da violação ao art. 1.022 do CPC

Superior Tribunal de Justiça

É firme a jurisprudência nesta Corte, no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão proferido em sede de apelação decidiu, fundamentada e expressamente, acerca das questões tidas como omissas pela recorrente, conforme se verifica do trecho a seguir:

Já o princípio da causalidade, é utilizado não ao perdedor propriamente dito, mas sim em face daquele que deu causa à propositura da demanda, devendo responder pelas despesas daí decorrentes.

A ré/apelante sustenta que não restou configurada a pretensão resistida, pois não se opôs ao pedido formulado pelo autor, apenas alegou a necessidade de cumprimento dos requisitos legais para a aquisição do imóvel pertencente ao Sistema Financeiro de Habitação e para transferência da titularidade do imóvel para o nome do autor, vez que o contrato de compra e venda foi firmado com terceiro.

A imposição do ônus da sucumbência à ré/apelante desmerece qualquer alteração, na medida em que ao apresentar contestação resta caracterizada a pretensão resistida a justificar a imposição do ônus da sucumbência.

Verifica-se ainda que o autor já ajuizara anteriormente ação de obrigação de fazer, pretendendo a transferência do imóvel para o seu nome, a qual foi julgada improcedente, apenas em razão de constarem prestações pendentes de pagamento.

Nessa trajetória, ao propor novamente a ação de obrigação de fazer em face da ré após a quitação do contrato de compromisso de compra e venda, a apelante apresentou resistência à pretensão do autor, bem como com a procedência do pedido inicial, vencida a parte ré, imperioso reconhecer que a parte ré deu causa a propositura da demanda, circunstâncias que evidenciam o dever de arcar com a integralidade do pagamento dos ônus de sucumbência.

(...)

Pelo princípio da causalidade, o ônus da sucumbência deve ser imposto a quem deu causa à propositura da ação, ou seja, a ré, ora apelante, mantendo-se o ônus fixado na sentença (e-STJ fls. 273/274).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

- Da violação do art. 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas as questões de mérito e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

- Da ausência de fundamento impugnado

O Tribunal de origem ao aplicar o princípio da causalidade entendeu que:

Verifica-se ainda que o autor já ajuizara anteriormente ação de obrigação de fazer, pretendendo a transferência do imóvel para o seu nome, a qual foi julgada improcedente, apenas em razão de constarem prestações pendentes de pagamento.

Nessa trajetória, ao propor novamente a ação de obrigação de fazer em face da ré após a quitação do contrato de compromisso de compra e venda, a apelante apresentou resistência à pretensão do autor, bem como com a procedência do pedido inicial, vencida a parte ré, imperioso reconhecer que a parte ré deu causa a propositura da demanda, circunstâncias que evidenciam o dever de arcar com a integralidade do pagamento dos ônus de sucumbência.

E, da leitura do recurso especial interposto pela recorrente, não houve qualquer impugnação ao referido fundamento, o qual por si só é capaz de manter o acórdão recorrido. Incide a Súmula 283/STF.

- Do dissídio jurisprudencial

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência inviabiliza a análise do dissídio. Aplicação da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

- Da multa do art. 1026, §2º, do CPC

Quanto à irresignação da recorrente, no sentido de afastar a multa prevista no art. 1026, §2º, do CPC, tem-se que essa deve ser mantida, haja vista o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração por ela

Superior Tribunal de Justiça

manejados.

Forte nessas razões, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, com fundamento no art. 932, V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 274) para 17%.

Por derradeiro, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora